

## MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC): UMA ANÁLISE CONCEITUAL DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DENTRO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

**Jemima Gonçalves da Silva – UNEB**  
Email: [silvajemima@gmail.com](mailto:silvajemima@gmail.com)

**Jovania Arlene de Jesus Santos – UNEB.**  
Email: [jovania\\_jesus@live.com](mailto:jovania_jesus@live.com)

**Mônica Tamiris Pereira Cruz – UNEB.**  
E-mail: [loora.1596@gmail.com](mailto:loora.1596@gmail.com)

**Rodrigo Guedes de Araújo – UNEB – Campus XVII**  
Email: [pedagogodatterra@gmail.com](mailto:pedagogodatterra@gmail.com)

### RESUMO

O presente artigo de cunho bibliográfico aqui apresentado tem como objetivo tecer algumas considerações sobre conceitos teóricos – metodológicos relativo as práticas sociais de Mulheres Camponesas enquanto ação coletiva pautada pelo Movimento de Mulheres. Para a produção deste pautamos aqui algumas categorias, as quais consideramos de suma importância para compreensão desse movimento camponesino, sendo elas: Movimentos Sociais enquanto ações coletivas, Práticas sociais e mulheres em lutas. Como aportes teóricos fomos buscar em Gohn (1995, 2008 e 2011); Scherer - Warren (2005); Sader (2006), Matos (2010), BITENCOLTT (2005) e Paludo e Daron (2012). Entre as definições de Movimentos sociais (os quais também são denominados por ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais), podemos dizer que: Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Nesse artigo destaca-se o Movimento de Mulheres o qual tem como objetivos se posicionar contra o modelo neoliberal e machista e lutar pela construção do socialismo, criando assim um cenário onde se possa efetivamente ampliar os seus direitos sociais, garantir a sua participação nas políticas voltadas especialmente para este público e a construção de projetos populares. No caso específico das mulheres camponesas a Via Camponesa vem se consolidando como importante mecanismo organizativo das lutas populares, agregando as principais pautas reivindicatórias dessas categorias e , fortalecendo os processos emancipatórios desses grupos organizados.

**Palavras – chave:** Movimentos Sociais. Ações coletivas. Movimento de Mulheres Camponesas e Feminismo.

## MOVIMENTOS SOCIAIS: DAS CONCEPÇÕES AS LUTAS HISTÓRICAS

Dentre os vários autores que abordaram sobre os Movimentos Sociais descobrimos em Gohn (2008, 2011) que os primeiros estudos aparecem paralelamente com estudos da sociologia enquanto campo de análise da ação social no campo da ciência política. Segundo a autora, os primeiros estudos que tratavam das ações sociais coletivas surgiram de forma extremamente conservadoras, pois viam as ações coletivas como distúrbios populares, comportamentos de instinto selvagem da natureza humana e mesmo comportamento irracional das massas.

Dessa maneira, a autora ressalta que a temática dos movimentos sociais é uma área clássica de estudo da Sociologia e das Ciências Sociais e não apenas um momento da produção sociológica como pensam alguns, reduzindo as manifestações empíricas, com seus fluxos e refluxos, e confundindo a produção acadêmica destes ciclos, com a própria existência concreta do fenômeno.

Notoriamente, o conceito tem sofrido, historicamente, uma série de alterações, até dentro de uma mesma corrente teórica. Nos anos 50 e partir dos 60, os manuais de Ciências Sociais, e parte dos estudos específicos, abordavam movimentos no contexto das mudanças sociais, sendo usualmente vistos como fontes de conflitos e tensões, fomentadores de revoluções, revoltas e atos considerados anômalos no contexto dos comportamentos coletivos vigentes. Ao definir movimentos sociais Gohn (1995, p. 44) defende este:

[...] “São ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político – cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesse em comum”.

Nesse entendimento, percebemos que existe um consenso teórico quanto ao conceito de Movimentos Sociais enquanto ação coletiva dentro da teoria social.

Conforme define Gohn (2007, p. 51) “os movimentos surgem quando se estruturam oportunidades políticas para ações coletivas, assim como quando facilidades e líderes estão em disponibilidade”. Entretanto, por muito tempo, movimentos sociais e revoluções eram termos utilizados muitas vezes como sinônimos e sempre que se falava em movimento a

categoria "trabalhador" era destacada. Alguns manuais da Sociologia norte-americana passaram a incluir os movimentos como um item específico de estudo no rol dos comportamentos coletivos. Cumpre destacar também que nos anos 50 o conceito de movimento era utilizado em acepções amplas, envolvendo períodos históricos grandes. Assim, denominavam-se movimentos sociais as guerras, os movimentos nacionalistas, as ideologias radicais: nazismo, fascismo etc.; assim como as ideologias libertárias e religiosas (Russel, 1960). Segundo Touraine (2007) “a noção de movimento social foi tantas vezes violada, e ela mesma por tantas se prostituiu, desfilando diante das tropas ou pandegando nos esconderijos dos serviços secretos, que parece impossível fixar-lhe um uso preciso” (p. 140).

Por conseguinte ao tentar historicizar os conceitos sobre os movimentos sociais Gohn (2011) chega as seguintes correntes teóricas: a histórico- estrutural, a culturalista identitário e a institucional/organizacional-comportamentalista. Com destaque especial para Marx que durante o século XX construiu umas das principais teorias de análise, principalmente sobre o movimento social dos trabalhadores como sujeitos históricos. Conforme a autora ele não se dedicou a teorizar sobre as ações coletivas, mas sim delineou o perfil de um movimento social concreto - do - proletariado, dizendo que ele deveria ser compreendido para que se transformasse o mundo das relações sociais existentes.

Assim, podemos afirmar que as mobilizações coletivas basearam-se na lógica de uma perspectiva econômica, onde os fatores tidos como objetivos seriam a organização, os interesses, os recursos, as oportunidades e as estratégias, ou mesmo numa perspectiva sociopsicológica a partir das análises estrutural funcionalista. Neste entendimento GOHN (1995, p. 44) ressalta que:

Movimentos sociais têm caráter sociopolítico, constituído por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, onde politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios, e disputas. As ações desenvolvem em processo social e político – cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum.

No Brasil a partir da década de 70, os movimentos sociais adquiriam status de “novos” movimentos sociais: Despontaram então o movimento de mulheres, movimentos ecológicos,

dentre outros, ganhando assim, certo distanciamento dos “velhos” e tradicionais movimentos sociais até então constituídos.

Esta nova configuração dos Movimentos Sociais será abordada na seção que segue, com destaque para as ações coletivas como práticas de luta e resistência destes movimentos.

### **MOVIMENTOS SOCIAIS (AÇÕES COLETIVAS) EM CENA NO BRASIL**

Conforme apontado, no Brasil nas décadas de 70 os movimentos sociais enquanto ações coletivas ganharam força a partir das lutas que até então eram invisíveis à sociedade e que foram silenciadas pelo regime de repressão – a ditadura militar.

Os movimentos apresentados no mundo empírico mostram uma numerosa diversidade de acepções sobre ele, com destaque para: categoria sindical dos trabalhadores, comunidade de base ou conjunto de comunidades, favelados de uma determinada vila, loteamento clandestino, movimento popular dentre outros. Neste contexto a relação de agrupamento e classes sociais descortinaram formas fiéis de práticas coletivas.

Com objetivo de reparar estes “equivocos” ou imprecisão, Maria da Glória Gohn (2008) afirma: “classe social temos uma forma de manifestações das contradições sociais e elas expressam através de diferentes formas de lutas que irão caracterizar movimentos sociais distintos”. Nesta perspectiva, Sader (2006) ressalta que os movimentos sociais são derivados de diferentes classes sociais previamente configurados que significa uma condição que é comum a um conjunto de indivíduos, mas que se altera de acordo com o modo como é vivida. Assim, perceber o movimento social distanciado de uma concepção classista e de um projeto de sociedade voltado para subjetividade, em si, poderia expressar uma preocupação com a condição do indivíduo.

Por conseguintes, a noção de sujeito apresentado por Sader (2006) é aquele que tem o sentido de coletividade onde se elabora uma identidade e se organiza em práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressam suas vontades, constituindo-se nessas lutas. Neste entendimento Touraine (2007):

O sujeito se forma na vontade de escapar às forças. Às regras, aos poderes que nos impedem de sermos nós mesmo que procuram reduzir-nos ao estado de componente de seu sistema e de seu controle sobre a atividade, as intenções de todos. Estas lutas contra o que nos

rouba o sentido de nossa existência são sempre lutas desiguais contra um poder, contra uma ordem. Não há sujeito senão rebelde, dividido entre a raiva e a esperança (p. 119).

E como elemento constituinte do sujeito o discurso é um dos principais aspectos da existência da identidade dos mesmos, pois afirma o autor citado “o discurso que revela a ação revela também o seu sujeito”. Por esse viés, percebemos que o movimento social guarda uma ação coletiva desencadeada pelo sujeito e sua formação depende do grau de integração entre três aspectos: a definição do ator, seu adversário e do campo de conflito ou negociação entre atores (TOURAINÉ, 1991). Vale lembrar que a visibilidade do sujeito, sem nenhuma conotação funcionalista, é dada pela sua relação com outros sujeitos. E desta forma atores e conflitos passam a definir o sujeito, como um modo de construção de experiência social. Assim, o conflito não se dá entre as classes, mas entre os atores/ sujeitos enquanto tais.

Desse modo compreendemos que é no discurso que as demandas são nomeadas e objetivadas de formas específicas, sendo que é no discurso que as carências virtuais de bens materiais se atualizam na reivindicação de carência, por exemplo, de uma casa própria, ou de um sapato. Assim, quando nos referimos a um discurso, ressalta que estamos pensando no uso ordenado da linguagem ou num texto em que um sujeito se dirige a um público.

Contudo e a partir do novo sujeito político que constitui nova matriz discursiva que é capaz de reordenar os enunciados dos novos atores sociais, com novas configurações e identidades dos trabalhadores no cenário público, elementos estes que compõe as condições existenciais desses organismos sociais.

É neste território em constante mudanças que situamos os “sujeitos” do campo buscando cooptar suas diferentes nuances.

## **MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO BRASILEIRO**

Quando abordamos sobre os MS do campo no Brasil percebemos que estes surgiram num contexto histórico social de luta pelo direito e acesso a terra. Neste caso, podemos identificar a resistência dos índios contra seus exploradores - a Coroa Portuguesa – nesse cenário, as fugas e a criação dos Quilombos foram sendo as primeiras claras manifestações de lutas desses povos contra seus exploradores. Daí por diante podemos perceber mais uma série de

outros movimentos que travam lutas por direitos a terra, educação e cidadania. Scherer - Warren (2005, p. 96) “as lutas sociais no campo estiveram presentes no cenário brasileiro desde os primeiros séculos da formação da sociedade pelos colonizadores europeus”.

Dentre os movimentos sociais que “apareceram” e que ganharam destaque durante as décadas de 1970 e 1980 no Brasil citamos os movimentos populares, assim denominados por Gohn (2011) constituindo dessa maneira uma novidade na sociologia brasileira. Estes novos movimentos demarcaram na sua história grandes e significativas contribuições nas lutas populares e sociais principalmente contra o regime militar.

Para Gohn, (2011) o fato inegável é que os movimentos sociais dos anos 1970/1980 contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas para a conquista de direitos sociais novos. Mais, o que nos interessa neste trabalho é identificar os movimentos sociais do campo que surgiram ou apareceram nestas últimas décadas, destacando assim suas contribuições na sociedade brasileira. Desse modo, utilizaremos das contribuições de Ilse Scherer-Warren quando ainda no ano de 1990 escreveu em seu livro *Redes de Movimentos Sociais* abordando sobre as teorias dos movimentos sociais na América Latina, e de forma acentua aqui no Brasil.

Ainda segundo Scherer-Warren (2005, p. 66) “não há dúvida de que, nos casos empíricos particulares, há traços dos velhos movimentos sociais que ressurgem com maior ou menor intensidade nos movimentos sociais organizados mais recentemente”. Ela destaca ainda o “surgimento” e as formas de organização destes movimentos, especialmente quando ressalta os Movimentos das Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), Movimento de Bóias-Fria (MBF) e o Movimentos dos Sem-terra (MST). Para a autora, esses movimentos fazem parte da retomada das manifestações e das novas formas de organização e mobilização que surgiram a partir da segunda metade da década de 1970, e por isso ela os denomina “novos movimentos sociais”. Para Scherer-Warren (2005, p.68) estas novas formas de organização e de lutas no campo incorporam algumas características de um movimento cultural mais amplo que vem ocorrendo em escala internacional, cujos atores coletivos passaram a ser denominados de “Novos Movimentos Sociais”.

## **O MOVIMENTO FEMINISTA: A MULHER COMO UM SUJEITO NAS ONDAS**

O movimento de mulheres é um movimento histórico na sociedade ocidental, teve seu ápice no pós-gerra influenciado por um momento em que as mulheres precisaram assumir o lugar dos homens no mundo do trabalho. Neste momento, elas, começaram a perceber as desigualdades existentes entre os gêneros, e a pauta de questionamento do patriarcado se tornou agenda das mulheres feministas.

Para entendermos melhor o surgimento desse novo sujeito histórico, é importante entendermos as fases do feminismo. Segundo Matos (2010) o movimento pode ser compreendido em três momentos (ondas). A primeira onda ficou conhecida como movimento sufragista, a qual é voltada para as lutas em prol da equidade entre os gêneros, em destaque, a igualdade de direitos no plano de jure. A primeira onda, impulsionada pelo paradigma do liberalismo, funda-se na ideologia burguesa e na busca por um conceito ampliado de cidadania (MATOS, 2010, p.68). Por conseguinte, a segunda onda, datada entre as décadas de 60 e 80, vem denunciar a supremacia do patriarcado, as relações de opressão e de inferiorização da mulher dentro da sociedade, não só no campo do trabalho, mas também na relação que ela possuía até mesmo com seu próprio corpo.

Já a terceira onda, compreende um momento onde se percebeu que o feminismo era generalizado, pois a figura mulher era tida até então como um modelo universal, sem levar em consideração as particularidades de cada uma. É nesse momento que surge o feminismo negro, que nada mais é do que a união de mulheres negras lutando por direitos singulares de suas vivências. Para alguns, esse momento do movimento feminista foi questionado como sendo uma manifestação anti-feminista ou de retrocesso, mas diversos autores afirmam que não, por mais que tenha sido uma fase bem subjetiva da luta. “não se trata de anti-feminismo ou “backlash”, mas de reafirmação das lutas feministas já conquistadas através de um feminismo “plural”, como recusa da hegemonia de um tipo de feminismo sobre o outro (MACEDO,2006). A partir desse momento, elas que já haviam conquistado muito desde a primeira onda, agora queriam mais. Naiara Andreoli Bittencourt, em seu artigo denominado movimentos feministas, escrito para a revista InSURgência afirma:

Deve-se pensar numa real descolonização do feminismo eurocêntrico ou norte-americano, para atingir as camadas populares de mulheres nas margens do sistema-mundo, reconhecendo as transversalidades de gênero, raça e classe.(BITENCOLTT, 2005).

Nessa citação, a autora do artigo enfatiza a necessidade da singularidade das mulheres, principalmente as mulheres negras que se encontram presentes, normalmente na parte mais inferior das sociedades: sobre cargos, condições de moradia, conquista de direitos, etc. Por mais que façamos parte de um mesmo sistema-mundo, possuímos peculiaridades individuais e é preciso considerar isso. Como já fora supracitado, o movimento de mulheres negras ou feminismo negro, surge a partir de uma perspectiva onde as mesmas não se sentiam representadas pelo movimento feminista universal predominante, pelo fato de cada mulher possuir características peculiares. Em geral, o pós-feminismo “tem por objetivo desconstruir/desestabilizar o gênero enquanto categoria fixa e imutável”, (MACEDO, 2006).

Por este viés discursivo destacamos dentre os vários MS do campo o Movimento de Mulheres Campesinas.

## **O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPESINAS**

A história das lutas das mulheres, em especial das mulheres camponesas se confunde com a própria luta social, esta que vem se constituindo como importante movimento em busca por direitos.

Em estudo de Paludo e Daron (2012) afirmam que a luta das mulheres vem de longe, e na atualidade, é possível dizer que está presente na maioria esmagadora dos países, e que no Brasil não é diferente, pois em vários períodos da nossa história é possível verificar a presença das mulheres na luta pelos direitos da cidadania, pelo reconhecimento do e no trabalho, pela dignidade, igualdade de tratamento, lutam contra a exploração, opressão, discriminação e violência.

Desta forma de ver o mundo, e a partir dela é que surge o movimento feminista, bem como a teorização das relações sociais e de gênero. Santos e Garcia (2015) ressaltam que a construção da cidadania feminina foi árdua, deteriorante e ao mesmo tempo gratificante ao longo dos anos, visto que os sucessivos processos na luta pela igualdade de gênero e reconhecimento dos direitos feministas foram travados.

[...] a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza na organização, na formação e na implementação de experiências de resistências

popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua própria história. E nossa luta é pela construção de uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e destes com a natureza. (Movimento de Mulheres Camponesas, 2004, p. 5).

Existe uma diversidade entre os movimentos autônomos que constituem o MMC. Ainda assim, foi possível no congresso de fundação, reafirmação da luta do movimento em dois grandes eixos: o de gênero (feminista) e o de classe (popular). “Somos mulheres que lutamos pela igualdade nas relações e pertencemos a classe das trabalhadoras e trabalhadores” (Movimento de Mulheres Camponesas, 2004).

Neste processo de lutas sociais, as mulheres foram conquistando importantes direitos, resgatando a cidadania e sua efetiva participação na esfera política, de forma especial na construção e consolidação de políticas públicas com enfoque de gênero e de política social (SANTOS, GARCIA, 2015).

No processo e na perspectiva de fortalecimento e massificação da luta, no Movimento de Mulheres Camponesas, elas se integram a Via Campesina, além de outros movimentos internacionais, como a Coordenação Latino-Americana das Organizações do Campo (Cloc).

Para o Movimento de Mulheres Camponesas, constituir um movimento nacional e autônomo, de mulheres camponesas se justifica, entre outros elementos, pela convicção de que a “libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta” (Movimento de Mulheres Camponesas, 2004, p. 3)

No campesinato, as mulheres tem se colocado com destaque no tocante a sua atuação e produção sociocultural. Nos espaços de acampamento e assentamento, elas têm conquistado o seu empoderamento através da forte participação na produção agrícola e da própria gestão dos processos inerentes a produção totalizante.

Dentre outros importantes aspectos marcados na história da luta das mulheres, temos a luta por um projeto de agricultura camponesa, preservando a ótica feminista, em contraposição ao agronegócio. As campanhas das sementes crioulas, dos alimentos saudáveis, as experiências de produção agroecológica e as inúmeras lutas contra os agrotóxicos e o deserto verde. (Movimento de Mulheres Camponesa, 2007).

[...] O Movimento de Mulheres Camponesas realiza formação política de seus quadros e tem a participação com educandas em

cursos formais promovidos por organizações da Via Campesina. Também participa em cursos não formais promovidos por diversos movimentos do campo e outras organizações com as quais se identificam. Há também a consciência de que educação é um direito e da sua importância para os trabalhadores (PALUDO; DARON, 2012)

Por esse entendimento, Garcia (2004) aponta que as relações de gênero na luta pela terra nos apresentam que um dos principais motivos para analisar é o enfoque de gênero, e que este está atrelado ao deslocamento do foco das “questões do movimento feminista” de uma classe, e analisa a relação de gênero como um todo, com propósito de focar os mecanismos de subordinação das mulheres pelo modo de organização espacial das relações sociais.

As principais formas de luta e organização do movimento gira em torno de dois aspectos, sendo o saber e o poder, e por isso as suas formas de organização perpassa necessariamente pelos processo da educação popular e pelos processos formativos. Destaca Paludo e Daron (2012):

“[...] A formação que o próprio movimento desenvolve é um dos instrumentos valiosos, quando usada com intencionalidade e sistematicidade, na luta contra a alienação que serve para desmontar o sistema de dominação e conscientizar as pessoas para constituírem uma alternativa popular. O MMC considera que os processos formativos devem estar articulados com a luta concreta e com a organização dos grupos na base”. (p. 486).

Por essa via social, o MMC demonstra na sua estrutura organizativa e de mobilização social do movimento, o quanto tem conquistado espaço na sociedade, forjando a luta de respeito e valorização da mulher nos seus diferentes espaços de vida e de produção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre os Movimentos Sociais pela terra, nos levam a compreensão de outras importantes lutas que se deram início, dentre elas, a luta das Mulheres Campesinas.

O seu surgimento decorre dos modos de uma sociedade machista, que não considera e respeita as mulheres nos diversos campos, atitudes essas que levam a não considerar o enorme potencial das mulheres no campo profissional e própria gestão da produção gerada.

Destaca-se pelo Movimento de Mulheres o qual tem como objetivos se posicionar contra o modelo neoliberal e machista e lutar pela construção do socialismo, criando assim um cenário onde se possa efetivamente ampliar os seus direitos sociais, garantir a sua participação nas políticas voltadas especialmente para este público e a construção de projetos populares.

Um outro elemento importante destacado no MMC é a organização em rede de mobilização. No caso específico das mulheres camponesas a Via Campesina vem se consolidando em importante mecanismo organizativo das lutas populares, agregando as principais pautas reivindicatórias dessas categorias e fortalecendo os processos emancipatórios desses grupos organizados.

Portanto, fica evidente que o MMC visa antes de tudo construir junto com as mulheres camponesas o sentido político da resistência organizada, da resistência oculta, do cotidiano das mulheres camponesas marcado pela resistência e pela luta permanente em defesa da vida. Outro ponto importante em sua trajetória foi a relação que o movimento estabeleceu com outras organizações sociais do campo. Ao mesmo tempo em que mantinha sua autonomia através de reuniões, assembleias e outras formas de organização, participava e ainda participa das lutas por políticas públicas para os camponeses/agricultores familiares, juntamente com os sindicatos de trabalhadores rurais, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST).

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. **Movimentos Feministas**. Revista inSURgência. Brasília, vol.1, n.1. Jan/Jun., 2015.

IISE, Scherer-Warren. **Redes de Movimentos Sociais**. 3 ed. Edições Loyola. São Paulo, Brasil, 1993.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias Clássicas da Ação Coletiva: O legado na construção dos estudos sobre os movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. Maria da Glória. (org.) **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

PALUDO, Conceição; DARON, Vanderleia Laodete Pulga. **MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC BRASIL)**. In. Dicionário de Educação do Campo. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). Expressão Popular, 2012.

MACEDO, Ana Gabriela. **Pós Feminismo**. Rev. Estud. Fem. Florianópolis, vol.14, no. 3. Set/Dec., 2006.

MATOS, Marlise. **Movimento e Teoria Feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global?** Em: Revista de Sociologia e Política, v. 18, nº 36: 67-92, jun. 2010.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPESINAS DO RIO GRANDE DO SUL (MMC/RS). Documento da Escola de Mulher, 2007.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPESINAS. (MMC Brasil). Deliberações do MMC Brasil. Brasília: MMC, 2004.

STEDILE, João Pedro (Org.) **A questão Agrária no Brasil**. 2. Ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

STEDILE, João Pedro. FERNARDO, Bernardo Mançano. **Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo. Setembro de 2005. Acesso em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/10/Brava-Gente-A-trajetoria-do-MST-e-a-luta-pela-terra-no-Brasil.pdf>. 07/11/2015.

SANTOS, Fabio Ferreira; GARCIA, Maria Franco. **A luta da mulher pela igualdade no campo: contradições e tensões no sistema capitalista**. Revista Interface, Edição 1, 2005.

SADER. Eder. **Quando Novos personagens entram cena: experiência, fala e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo**. (1970 – 1980). In: TEODORO, A & JEZINE, E. (org.) Movimentos Sociais e Educação de Adultos. Brasília; Liber, 2011.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

**Jemima Gonçalves da Silva**

Pedagoga pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XVII – Bom Jesus da Lapa – Bahia. Servidora Pública Municipal de Serra do Ramalho.

**Jovania Arlene de Jesus Santos**

Estudante do 5º Semestre de Pedagogia – Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Membro do grupo de Mulheres – “Ame seu cabelo”.

**Mônica Tamiris Pereira Cruz**

Graduanda em Licenciatura plena em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) DCHT XVII – Campus Bom Jesus da Lapa. E-mail: [loora.1596@gmail.com](mailto:loora.1596@gmail.com)

**Rodrigo Guedes de Araújo**

Mestre em Educação Profissional de Jovens e Adultos – UNEB/MPEJA, Especialista em Direitos Sociais do Campo – UFG, Pedagogo da Terra – UNEB/CETA. Professor Substituto da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus XVII. Professor da Faculdade de Ciências e Tecnologias – FACITE. Coordenador do Projeto de Iniciação Científica: Educação do Campo e a especificidade fundiária do Território Velho Chico. Membro do grupo de pesquisa INTERGESTO – UNEB – DCHT – I, Salvador. Atuação em programa de Formação de educadores com ênfase em Educação do Campo e Educação Ambiental. Tenho experiência de trabalho em Educação a distância (EaD); Membros dos Conselhos Municipais e Saúde e Educação do município de Serra do Ramalho –Bahia. Membro da Coordenação Geral da Associação de Agricultores e Agricultoras do Projeto Extrativista São Francisco; Assessor Técnico da Associação de Mulheres Camponesas de Serra do Ramalho. Membro do coletivo de Educação do Campo do Movimento dos Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas da Bahia –CETA. E-mail: [pedagogodatterra@gmail.com](mailto:pedagogodatterra@gmail.com)